

**EDcl no AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.437.602 - MS
(2019/0020342-2)**

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
EMBARGANTE : **ONOFRE CARNEIRO PINHEIRO FILHO & ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S**
EMBARGANTE : **ONOFRE CARNEIRO PINHEIRO FILHO**
EMBARGANTE : **MARCO TULIO GARCIA & ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S**
EMBARGANTE : **MARCO TÚLIO MURANO GARCIA**
ADVOGADOS : **MARCO TÚLIO MURANO GARCIA - MS006322**
RAFAEL LYCURGO LEITE E OUTRO(S) - DF016372
ONOFRE CARNEIRO PINHEIRO FILHO E OUTRO(S) - MS011125
JOSÉ MEDINA DE MENDONÇA NETO - MS013036
EMBARGADO : **BANCO DO BRASIL SA**
ADVOGADOS : **VANILTON BARBOSA LOPES - MS006771**
HUMBERTO CARLOS PEREIRA LEITE E OUTRO(S) - MS007513
MAURÍCIO PEREIRA PRÉVE - SC015655
JOB DE OLIVEIRA BRANDÃO - MS006763B
MARCELO PONCE CARVALHO - MS011443
JOSÉ RAFAEL GOMES - MS011040
INTERES. : **LUIS FERNANDO NUNES RONDAO**
INTERES. : **BERNADETE PINHEIRO NUNES RONDAO**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE QUALQUER DOS VÍCIOS ELENCADOS NO ART. 1.022 DO CPC/2015. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. Os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver na decisão obscuridade, contradição, omissão ou erro material, consoante dispõe o art. 1.022 do CPC/2015.
2. No caso concreto, não se constata os vícios alegados pela parte embargante, que busca rediscutir matérias devidamente examinadas e rejeitadas na decisão embargada, o que é incabível nos embargos declaratórios.
3. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

A Quarta Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Marco Buzzi (Presidente), Luis Felipe Salomão, Raul Araújo e Maria Isabel Gallotti votaram com o Sr. Ministro Relator.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília-DF, 26 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator